

Diário da Assembléia

N.ºs. 2.517/2.518

CURITIBA, 2 e 3 DE SETEMBRO DE 1970

ANO IX

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

4.ª Sessão Legislativa da 6.ª Legislatura Constituição das Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

LISTA DE PRESENÇA

FRANCISCO ESCORSIN
ARTHUR DE SOUZA
DAVID FEDERMANN
GABRIEL MANOEL
HAROLDO BIANCHI
OLÍVIO BELICH
LEOPOLDO JACOMEL
ABRAHÃO MIGUEL
AGNALDO PEREIRA LIMA
ALENCAR FURTADO
AMADEU PUPPI
ANTÔNIO LOPES JÚNIOR
ARMANDO QUEIROZ
ARNALDO BUSATO
EMÍLIO CARAZZAI
ERONDIY SILVEIRO
EURICO ROSAS
FABIANO BRAGA CORTES
FUAD NACLI
IGO LOSSO
IVO TOMAZONI
JOÃO MANSUR
JORGE SATO
LUIZ CRUZ
LUIZ MALUCCELLI
NELSON BUFFARA
OLAVO FERREIRA
OLIVIR GABARDO
OVIDIO FRANZONI
PAULO CAMARGO
PAULO POLI
PINTO DIAS
ROBERTO GALVANI
ROBERTO WYPYCH
SEME SCAFF
SILVIO BARROS
TÚLIO VARGAS
WILSON FORTES

COMISSÃO EXECUTIVA

Presidente: Francisco Escorsin.
1.º Vice-Presidente: Arthur de Souza. 2.º Vice-Presidente: David Federmann. 1.º Secretário: Gabriel Manoel. 2.º Secretário: Haroldo Bianchi. 3.º Secretário: Olívio Belich. 4.º Secretário: Leopoldo Jacomel.

COMISSÕES TÉCNICAS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PRESIDENTE: Emílio Carazzai (ARENA)
VICE-PRESIDENTE: Alencar Furtado (M.D.B.)
ARENA: Ivo Thomazoni — Arnaldo Busato — Paulo Poli — Abrahão Miguel — Paulo Camargo — Armando Queiroz — Luiz Renato Malucelli — Túlio Vargas
M.D.B.: Nelson Buffara

Suplentes:

ARENA: Antônio Lopes Júnior — Olavo Ferreira — João Mansur — Pinto Dias — Luiz Cruz — Wilson Fortes — Ovidio Franzoni — Roberto Galvani — Fabiano Braga Côrtes — Amadeu Puppi

M.D.B.: Olivir Gabardo

Secretário: Maria Amália Cesar Ceral de Oliveira

Reuniões: Quartas-feiras

COMISSÃO DE FINANÇAS

PRESIDENTE: Roberto Galvani (ARENA)
VICE-PRESIDENTE: Sílvio Barros (M.D.B.)
ARENA: Ovidio Franzoni — João Mansur — Paulo Poli — Roberto Wypych — Wilson Fortes

Suplentes:

ARENA: Antônio Lopes Júnior — Seme Scaff — Pinto Dias — Ivo Thomazoni — Luiz Cruz — Igo Losso — Amadeu Puppi

M.D.B.: Alencar Furtado

Secretário: Lélis Guimarães Soto-Maior

Reuniões: Quintas-feiras

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

PRESIDENTE: Paulo Poli (ARENA)
VICE-PRESIDENTE: Olivir Gabardo (M.D.B.)
ARENA: Abrahão Miguel — Seme Scaff — Aginaldo Pereira Lima

Suplentes:

ARENA: Wilson Fortes — Luiz Cruz — Roberto Galvani — Ovidio Franzoni

M.D.B.: Sílvio Barros

Secretário: José do Canto Filho

Reuniões: Condicionadas à matéria de sua competência

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

PRESIDENTE: Abrahão Miguel (ARENA)
VICE-PRESIDENTE: Sílvio Barros (M.D.B.)
ARENA: Jorge Sato — Fuad Nacli — Roberto Galvani — Luiz Renato Malucelli — Roberto Wypych

Suplentes:

ARENA: Ovidio Franzoni — Aginaldo Pereira Lima — Luiz Cruz — Pinto Dias — Antônio Lopes Júnior — João Mansur — Fabiano Braga Côrtes

M.D.B.: Nelson Buffara

Secretário: Elcy Silva Batista

Reuniões: Condicionadas à matéria de sua competência

COMISSÃO DE REDAÇÃO

PRESIDENTE: Ivo Thomazoni (ARENA)
VICE-PRESIDENTE: Sílvio Barros (M.D.B.)
ARENA: Roberto Galvani — Olavo Ferreira — Aginaldo Pereira Lima

Suplentes:

ARENA: Fabiano Braga Côrtes — Igo Losso — João Mansur — Ovidio Franzoni

M.D.B.: Olivir Gabardo

Secretário: Antônio Lacerda Braga Neto

Reuniões: Terças e Sexta-feiras

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PRESIDENTE: Olavo Ferreira (ARENA)
VICE-PRESIDENTE: Igo Losso (ARENA)
ARENA: Fabiano Braga Côrtes — Seme Scaff

M.D.B.: Alencar Furtado

Suplentes:

ARENA: Luiz Renato Malucelli — Jorge Sato — Túlio Vargas — Armando Queiroz — Fuad Nacli

M.D.B.: Olivir Gabardo

Secretário: Gilberto Felix da Silva

Reuniões: Terças-feiras

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PRESIDENTE: Ovidio Franzoni (ARENA)
VICE-PRESIDENTE: Eurico Rosas (M.D.B.)
ARENA: Arnaldo Busato — Amadeu Puppi — Paulo Camargo

Suplentes:

ARENA: Emílio Carazzai — Igo Losso — Seme Scaff — Fabiano Braga Côrtes

M.D.B.: Olivir Gabardo

Secretário: Lóris Cordeiro de Barros

Reuniões: Segundas-feiras

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

PRESIDENTE: Igo Losso (ARENA)
VICE-PRESIDENTE: Aginaldo Pereira Lima (ARENA)
ARENA: Luiz Renato Malucelli — Fabiano Braga Côrtes

M.D.B.: Nelson Buffara

Suplentes:

ARENA: Abrahão Miguel — Emílio Carazzai — Luiz Cruz — Wilson Fortes

M.D.B.: Eurico Rosas

Secretário: Ivo Gusso

Reuniões: Condicionadas à matéria de sua competência

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PRESIDENTE: Olavo Ferreira (ARENA)
VICE-PRESIDENTE: Alencar Furtado (M.D.B.)
ARENA: Igo Losso — Luiz Cruz — Roberto Wypych

Suplentes:

ARENA: Luiz Renato Malucelli — Antônio Lopes Júnior — Abrahão Miguel — Seme Scaff — Amadeu Puppi

M.D.B.: Sílvio Barros

Secretário: Ney Rodrigues

Reuniões: Quinta-feiras

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PRESIDENTE: Aginaldo Pereira Lima (ARENA)
VICE-PRESIDENTE: Ivo Thomazoni (ARENA)
ARENA: Fabiano Braga Côrtes

M.D.B.: Eurico Rosas

Suplentes:

ARENA: Igo Losso — Olavo Ferreira — Luiz Renato Malucelli — Antônio Lopes Júnior

M.D.B.: Nelson Buffara

Secretário: Roberto Diniz Satyro

Reuniões: Terças-feiras

COMISSÃO DE POLÍCIA

PRESIDENTE: João Mansur (ARENA)
VICE-PRESIDENTE: Nelson Buffara (M.D.B.)
ARENA: Seme Scaff — Pinto Dias — Roberto Galvani

Suplentes:

ARENA: Luiz Cruz — Paulo Camargo — Luiz Renato Malucelli — Igo Losso

M.D.B.: Eurico Rosas

Secretário: Carmen Aparecida Fregonesi

Reuniões: Segundas-feiras

COMISSÃO DE TURISMO

PRESIDENTE: Luiz Renato Malucelli (ARENA)
VICE-PRESIDENTE: Seme Scaff (ARENA)
ARENA: Wilson Fortes — Pinto Dias

M.D.B.: Nelson Buffara

Suplentes:

ARENA: João Mansur — Luiz Cruz — Fabiano Braga Côrtes — Arnaldo Busato — Olavo Ferreira

M.D.B.: Eurico Rosas

Reuniões: Condicionadas à matéria de sua competência

Secretário: Maria Stella M. A. Gurgel

4.ª Sessão Legislativa da 5.ª Legislatura Ata da 130.ª Sessão Ordinária Realizada em 2 de Setembro de 1970 — (Quarta-feira)

Presidência do sr. deputado Francisco Escorsini, secretariada pelos srs. deputados Roberto Galvani e Eurico Rosas.

A Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes srs. deputados: Francisco Escorsini, Arthur de Souza, David Federmann, Gabriel Manoel Haroldo Bianchi, Olívio Belich, Leopoldo Jacomet, Agnaldo Pereira Lima Alencar Furtado, Amadeu Puppi, Antônio Lopes Júnior, Armando Queiroz, Abraão Miguel, Arnaldo Busato, Emílio Carazzini, Erondy Silvério, Eurídanos Rosas, Fabiano Braga Côrtes, Fuad Nacii, Igo Losso, Ivo Tomazoni, João Mansur, Jorge Sato, Luiz Cruz, Luiz Malucelli, Nelson Buffara, Olavo Ferreira, Olivir Gabardo, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Pinto Dias, Roberto Galvani, Roberto Wypych, Seme Scaff, Sílvio Barros Túlio Vargas e Wilson Fortes (38).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte E X P E D I E N T E:

OFÍCIOS:

Sob os ns. 103, 105 e 106-70, do senhor Governador do Estado, comunicando haver Sancionado os Projetos de Lei ns:

175-69: Do senhor deputado Antônio Lopes Júnior, que cria uma Circunscrição de Trânsito com sede em Irati e com jurisdição nos municípios de Rio Azul, Rebouças, Irati e Teixeira Soares, tomando por Lei o n. 6.140. — Agradeça-se.

129-69: Do senhor deputado Erondy Silvério, que declara de utilidade pública, o "Hospital de Caridade de São Vicente de Paula", com sede na cidade de Guarapuava, o qual convertido em Lei tomou o n. 6.138. — Agradeça-se.

82-70: Do senhor deputado Erondy Silvério, que declara de utilidade pública a "Associação Feminina de Educação à Criança Excepcional", com sede em Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o n. 6.139. — Agradeça-se.

67-70: Do senhor deputado Erondy Silvério, que autoriza o Poder Executivo a firmar convênio com a Prefeitura Municipal de Curitiba, através da Secretaria de Saúde e da Segurança Pública, para criação e manutenção de "Postos de Assistência Comunitária nos bairros ou distritos da Capital, o qual convertido em Lei tomou o n. 6.141. — Agradeça-se.

227-69: Do senhor deputado Haroldo Bianchi, que autoriza o Poder Executivo a instalar no município de Jacarezinho, um Corpo de Bombeiros e Serviço de Prevenção contra incêndios, em convênio com a Prefeitura Municipal daquele município, de acordo com o que determina o artigo 11 da Constituição Estadual, tomando por Lei o n. 6.142. — Agradeça-se.

OFÍCIOS:

Sob o n. 104-70, do senhor Governador do Estado, no qual acusa o recebimento dos ofícios expedidos por esta Casa, encaminhando cópias de requerimentos de autoria dos senhores deputados Nelson Buffara, Olivir Gabardo, Túlio Vargas, Gabriel Manoel e Leopoldo Jacomet informando que os mesmos foram encaminhados aos órgãos competentes para os devidos fins — Ao conhecimento dos srs. Deputados interessados.

Sob o n. 319-70, do senhor Edgard Dantas Pimentel, presidente da Câmara Municipal de Curitiba, convidando a Presidência desta Casa, para a Sessão Solene oportunidade em que será outorgado o Diploma de Cidadão Honorário de Curitiba, ao senhor Raymond Lawrence Moloney. — Ao conhecimento do sr. Deputado interessado.

Sob o n. 254-70, o senhor Joaquim Ferreira Gomes, vice-cênsul de Portugal, no qual sensibilizado agradece os requerimentos de autoria dos senhores deputados Nelson Buffara e Antônio Lopes Júnior, consubstanciados em voto de pesar pelo falecimento do senhor professor dr. Antônio de Oliveira Salazar. — Ao conhecimento dos srs. Deputados interessados.

Sob o n. 10064 da Confederação Brasileira de Desportos, no qual acusa recebimento e agradece o requerimento de autoria do senhor deputado Nelson Buffara, que concede o título de Cidadão Paranaense, a cada atleta e Diretor da Delegação Brasileira ao IX Campeonato Mundial de Futebol. — Ao conhecimento do sr. Deputado interessado.

Do senhor Frei Nereu de Valle, diretor geral e administrativo, do Colégio São Francisco de Assis, convidando a Presidência desta Casa, para assistir a aula inaugural e o encerramento do Curso Intensivo de Educação Moral e Cívica. — Ao conhecimento do sr. Presidente.

Do senhor Pedro Teixeira Chaves, diretor regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, prestando informações a requerimento do senhor deputado Antônio Lopes Júnior. — Ao conhecimento do sr. Deputado interessado.

OFÍCIOS:

Do senhor Pedro Teixeira Chaves, diretor regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial — SENAC, comunicando que por determinação do senhor Presidente do Conselho Regional daquela Entidade, respondeu internamente pela direção do Departamento Regional, desde 13 de março do corrente ano e a partir de 27 do mês passado, assumiu em caráter efetivo. — Ao conhecimento da Casa. Agradeça-se.

Do Governador do Estado, através da Secretaria de Educação e Cultura,

ra, convidando a Presidência desta Casa para participar das comemorações que fazem parte da programação da "Semana Nacional da Criança Excepcional". — Ao conhecimento do sr. Presidente.

TELEGRAMA:

Do senhor José Manuel Fragoso, embaixador de Portugal, no seguinte teor:

Agradeço muito reconhecido voto de pesar formulados pela Assembleia Legislativa do Paraná por motivo falecimento sua Excelência o Presidente Doutor Antônio de Oliveira Salazar pt Muito me sensibilizou essa iniciativa e peço a sua Excelência seja intérprete junto Deputados essa Assembleia expressão minha maior gratidão pt Melhores cumprimentos. — Ao conhecimento da Casa.

REQUERIMENTOS:

— De autoria do sr. deputado Erondy Silvério, solicitando dispensa de publicação da Redação Final, dos Projetos de Lei ns. 174-70 e 111-70.

— De autoria do sr. deputado Paulo Poli, solicitando dispensa de publicação da Redação Final, do Projeto de Lei n. 101-70.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, a suspensão das sessões plenárias nos dias 9, 10 e 11 do corrente mês tendo em vista as diversas solenidades que serão realizadas em todos os Municípios paranaenses, referentes à Semana da Pátria e ser necessária a presença dos senhores Deputados, para maior brilhantismo e prestigiamto das mesmas.

Sala das Sessões, em 2 de setembro de 1970.

a) Luiz Malucelli

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições e nos termos regimentais, requer se registre na Ata dos trabalhos da presente sessão, voto de pesar pelo falecimento da senhora Maria Clara Pereira Werner, ocorrido na cidade de Paranaguá, em data de ontem.

A ilustre senhora pertencia à tradicional família daquela cidade, onde, aliás gozava de grande conceito e estima, pelos seus dotes excepcionais de bondade tendo o seu desaparecimento, por isso, repercutido intensamente em Paranaguá.

Requer, ainda, que da manifestação da Casa seja dado conhecimento aos seus familiares através da pessoa ilustre do dr. Beito de Oliveira Rocha genro da falecida, residente nesta Capital, à rua Marechal Deodoro, 1519.

Sala das Sessões, em 2 de setembro de 1970.

a) Luiz Malucelli

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, nos termos do Regimento Interno, requer, ouvido o Plenário, a consignação em Ata de um voto de profundo pesar pelo falecimento da veneranda senhora viúva Carmela Bartot, ocorrido na cidade de Pato Branco.

Requer, que da decisão da Casa, sejam os membros da família notificados.

Sala das Sessões, em 2 de setembro de 1970.

a) Ivo Tomazoni

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, nos termos do Regimento Interno, requer, ouvido o Plenário, a consignação em Ata dos trabalhos da sessão de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do sr. José Massignan, ocorrido na cidade de União da Vitória.

Extraordinário homem de negócios, exemplar esposo e dedicado pai, deixou ao desaparecer uma larga folha de serviços prestados em favor do progresso deste Estado.

Da decisão da Casa, requer sejam comunicados os seus filhos Severino e Guerino Massignan, residentes em União da Vitória, neste Estado.

Sala das Sessões, em 2 de setembro de 1970.

a) Ivo Tomazoni

Apolamento: Dep. Arnaldo Busato

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, requer a inserção em Ata de um voto de pesar pelo falecimento ocorrido nesta cidade, na última semana, do jovem Marcos Nicolau Bittencourt Gravina em virtude de acidente de trânsito.

Requer mais, que a resolução da Casa seja levada ao conhecimento da família enlutada.

Sala das Sessões, em 2 de setembro de 1970.

a) Eurico Rosas

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, ouvido o Plenário, voto de aplausos a Sua Excelência o sr. ministro da Fazenda, professor Delfim Netto, pela designação dos srs. Rogério Luiz Coelho, Hélio Fernandes, Osmay Dias, Daurio Rivadávia, Carneiro Bond, Maximino Zagonel, Rômulo Carvalho, para dirigirem a Caixa Econômica Federal do Paraná.

Sala das Sessões, em 2 de setembro de 1970.

a) Luiz Malucelli

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, requer, após ouvido o Plenário, um voto de louvor ao Instituto Politécnico Estadual com sede nesta Capital, à avenida João Gualberto 953, tão bem dirigido pelo professor e cientista Leonel Miro e com uma equipe de professores ambida do mais elevado ideal de servir a juventude e ao Brasil do futuro.

Em 1.968, teve o Instituto, o maior número de diplomados no País, apesar das constantes mudanças do sede.

Mantém os cursos de agrimensura, eletrotécnica, estradas, químicas e meteorologia, cujos alunos, já a partir do segundo ano têm emprego garantido, tanto no serviço público como no particular.

O Instituto Politécnico Estadual deve e merece o apoio geral, para que tenha a ter em breve a sua sede própria, com melhores instalações, ajudando dessa maneira, a construir o Paraná do Futuro.

Pede-se que do fato se dê ciência, ao Instituto e ao sr. Secretário de Educação e Cultura.

Sala das Sessões, em 2 de setembro de 1970

a) Antônio Lopes Júnior

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve vem, no uso de suas atribuições regimentais, requer se digne Vossa Excelência, após ouvido o Plenário, dirigir ao excelentíssimo senhor doutor Paulo Cruz Pimentel, digníssimo Governador do Estado do Paraná, o seguinte requerimento:

a) — O distrito de Rosário projetou-se dentro do município de Grandes Rios em relevo maior que a sede da comuna. Em cinco (5) anos já conta aproximadamente com 30 mil habitantes, cerca de 2 mil eleitores, arrecadação municipal de aproximadamente Cr\$ 500 mil — mais da metade do orçamento do município — demonstrando, assim, pujança e progresso, trabalho e riqueza, num surto de desenvolvimento à altura do Paraná.

b) — Apesar disto, contudo, a população vive às escuras, arrostando em consequência, problemas sérios. O Estado há de ter condições de dotar de energia elétrica aquele distrito. Um motor Diesel seria suficiente para, ainda a título precário, prestar-se atendimento a uma população que tanto tem dado ao Estado.

Neste sentido, apelo ao sr. Governador que determine à COPEL ou a órgão de sua administração que desloque um dos motores Diesel para Rosário, atendendo, destarte, a essa modesta reivindicação da laboriosa população daquele distrito.

Sala das Sessões, em 2 de setembro de 1970.

a) Alencar Furtado

PROJETOS DE LEI:

Projeto de Lei n. 224-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a estadualizar o Colégio Comercial do distrito de Francisco Alves município de Iporã.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 2 de setembro de 1970.

a) Paulo Poli

JUSTIFICATIVA:

Visando atender aos apelos da população do distrito de Francisco Alves a fim de que não se vejam privados do Colégio Comercial que inúmeros benefícios vem prestando não só aquela localidade, como também as regiões circunvizinhas, é que apresentamos o presente plano de lei que esperamos contar com o apoio dos nobres Pares com assento nesta Casa.

Projeto de Lei n. 225-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a estadualizar o Colégio Comercial do distrito de Cafezal, município de Iporã.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 2 de setembro de 1970.

a) Paulo Poli

JUSTIFICATIVA:

O Colégio Comercial que se pretende estadualizar sediado em Cafezal, luta com dificuldades para poder se manter, motivo pelo qual justo será que o Poder Público o encampe a fim de não privar aquela região dos grandes benefícios que o mesmo vem prestando à juventude.

Projeto de Lei n. 226-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica criado o município de "Rosário" com sede na localidade do mesmo nome, desmembrado do município de Grandes Rios.

Art. 2.º — As divisões do município de Rosário são as seguintes: a Leste pelo rio do Peixe, partindo da foz do córrego Botucudos até a foz do Ribeirão da Limeira; ao Norte, pelo rio da Limeira até a sua nascente e deste numa linha seca, até o afluente (galho) Norte do Ribeirão das Duas Águas, e por este até sua foz do rio Ivaí; a Oeste, pelo rio Ivaí até a foz do rio do Tigre; ao Sul, da foz do rio do Tigre acima, até sua nascente, e desta pela linha seca que divide o município de Grandes Rios com o município de Cândido de Abreu e o de Reserva;

Art. 3.º — Fica autorizada, de acordo com o artigo 1.º da Lei Complementar de 9 de novembro de 1967 a realização de plebiscito na área abrangida pelas divisões acima;

Art. 4.º — O Poder Legislativo Estadual fica autorizado a tomar todas as providências para a comprovação dos requisitos necessários ao cumprimento do artigo 1.º desta Lei, na conformidade do que dispõe a Lei Complementar n. 1 de 9-11-1967 e Ato Complementar n. 46 de 7-2-1969.

Art. 5.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 2 de setembro de 1970

a) Alencar Furtado

JUSTIFICATIVA:

O presente Projeto de Lei objetivando a criação do município de "Rosário" com território desmembrado do município de Grandes Rios, compreende uma população superior a 20 mil habitantes e um número de 2 mil eleitores inscritos, sendo que mais de 5 mil deverão ser transferidos para o nova comuna.

A área que comporá o novo Município apresenta todas as condições necessárias para a sua viabilidade econômica e financeira, pois preenche todos os requisitos fixados pela Lei Complementar n. 1 de 9 de novembro de 1967, possuindo renda superior ao fixado, isto é, mais de cinco (5) mil

mos da receita estadual de impostos, no último exercício. As provas dessa viabilidade e de que o novo município preenche os requisitos legais serão obtidos por esta Assembléia Legislativa junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Tribunal Regional Eleitoral e o órgão fazendário estadual. Após a tramitação do Processo Legislativo e no curso dele, a Assembléia dirigirá-se ao Presidente da República solicitando autorização prevista no Ato Institucional para consumação legal do ato criatório a que se refere este projeto.

PROJETO DE LEI N.º 227-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica criado o município de "Altamira", com sede na localidade do mesmo nome, desmembrado do município de Palmital.

Art. 2.º — As divisões do município de "Altamira" são as seguintes: Ao Norte, partindo da foz do Rio Chupador no Rio Cantú; e Rio Cantú abaixo até a sua foz no Rio Piquiri; a Oeste, partindo do Pontal da foz do Rio Cantú, Rio Piquiri acima, até a foz do arroio Pinhal Grande; ao Sul, da foz do arroio do Pinhal Grande, seguindo acima até sua nascente; a Leste, partindo da nascente do Arroio Graxie, por uma linha seca até a nascente do Rio Chupador, e por este abaixo, até sua foz.

Art. 3.º — Fica autorizada, de acordo com o art. 1.º da Lei Complementar de 9-11-1967, a realização de plebiscito na área abrangida pelas divisões acima;

Art. 4.º — O Poder Legislativo fica autorizado a tomar todas as providências para a comprovação dos requisitos necessários ao cumprimento do Art. 1.º desta Lei, na conformidade do que dispõe a Lei Complementar n.º 1 de 9-11-1967 e Ato Complementar n.º 46, de 7-2-1969;

Art. 5.º — Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 2 de setembro de 1970.

a) Alencar Furtado

JUSTIFICATIVA:

A população abrangida pelo novo Município que se pretende criar, com este Projeto de Lei, deseja emancipar-se do município de Palmital, uma vez que o mesmo já não atende as mínimas reivindicações que se fazem necessárias. Com uma população superior a 15 mil habitantes, a área abrangida pelo novo Município compreende os bairros e distritos de Laranjal, Vista Alegre, Vista Bonita, Rio Preto e Água Verde, com todas as condições necessárias para a sua viabilidade econômica e financeira, preenchendo os requisitos exigidos pela Lei Complementar n.º 1, de 9-11-67, já que possui mais de 1.800 eleitores inscritos e a possibilidade de atingir 5 mil com as transferências, além de uma arrecadação superior a Cr\$ 300 mil, fruto de sua produção de cereais, madeira e suínos. A sede municipal possui mais de 200 casas e os demais requisitos poderão ser comprovados pela Assembléia Legislativa junto ao IBGE, TRE e o órgão fazendário estadual.

Após a tramitação do processo legislativo ou no curso dele, a Assembléia dirigirá-se ao Presidente da República, solicitando a autorização prevista no Ato Institucional para a consumação legal do ato criatório a que se refere este projeto.

PROJETO DE LEI N.º 22-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica autorizado o Poder Executivo a criar uma Escola Técnica de Comércio no município de Santa Amélia, para funcionar a partir do ano letivo de 1971.

Art. 2.º — As despesas com a execução desta Lei correrão por conta da dotação própria do Orçamento do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei, entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de agosto de 1970.

(a) Agnaldo Pereira Lima

JUSTIFICATIVA:

Ao justificarmos a medida proposta neste Plano de Lei, o fazemos no sentido de dar nossa cooperação à política educacional do Governo. Esta, cremos, é a forma mais válida, de nos expressarmos ante uma realidade que conhecemos: tão de perto.

A criação desta Escola, senhor Presidente, senhores Deputados, visa apenas dar uma chance aos jovens de Santa Amélia, que para fazerem um curso técnico tem que se deslocar, à noite para a cidade mais próxima a fim de estudar.

Estas são as razões que nos levaram a apresentar o presente Plano de Lei, para o qual contamos com o apoio e aprovação dos Nobres Pares.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Com a palavra o sr. João Mansur, primeiro orador inscrito do Pequeno Expediente.

O SR. JOÃO MANSUR — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Ocupamos a tribuna, no Pequeno Expediente, tão somente para um reparo a uma nota inserida num dos jornais de Curitiba, onde diz que em cada... (Lê) — (A matéria lida não foi encaminhada ao serviço Taquigráfico).

Sr. Presidente, sinceramente esta nota nos pegou de surpresa, porque desconhecemos qualquer entendimento neste sentido. Continuamos à frente da Liderança da Arena, por delegação de nossos Pares desta Casa, de modo que quero opor um reparo nesta nota e não sei de onde veio a inspirada nota. A verdade é que nós estamos e continuamos, enquanto merecer a confiança de nossos colegas, à frente da Liderança da Arena, desconhecendo qualquer entendimento neste sentido, entre o atual o futuro Governador do Estado. Somente com este propósito é que nós ocupamos a tribuna, neste instante, para comunicar aos nossos pares sobre esta nota que vem estampada na coluna política de um jornal de Curitiba.

O SR. PRESIDENTE — Está livre a palavra.

Concedo a palavra ao segundo orador inscrito sr. deputado Antônio Lopes Júnior.

O SR. ANTONIO LOPES JUNIOR — Sr. Presidente, srs. Deputados: (Lendo): "Com a mais profunda indignação, venho hoje à tribuna para relatar um caso doloroso, que é já costumeiro, mas que precisa ter fim."

Trata-se dos famosos "coices de mula", da Polícia. A cada passo a imprensa noticia fatos escabrosos em que pessoas indefesas são espancadas. Outros, não chegam ao noticiário. É um destes que irei relatar.

Domingo último, numa festa de Igreja em Santa Felicidade, três pessoas

de alto conceito e respeitáveis daquele bairro foram presas, algemadas e espancadas, estando um deles, gravemente ferido.

Trata-se dos senhores João Stival, Silvio Stival e Darci Tílio. Presos, algemados, e espancados!

Parece até que se trata de gente de outro planeta, atacando os homens da terra. É inacreditável que aqueles que deveriam ser exemplo no cumprimento do dever, na urbanidade, pareçam troglodistas em pleno Século XX a exibir a sua ignorância e a sua força bruta.

de um modo geral, no interior do Estado, soldados da Polícia Militar prendem desordeiros perigosos, e não os algema e muito menos os surram. Por que, pois, em plena Capital, agentes de Polícia procedem dessa maneira, algemando e surrando pessoas em festa cordial?

Já é tempo de se pôr um basta nessa violência e, por isso, apelamos a S. Exa. o sr. cel. Julio Werner, ilustre Secretário de Segurança, e ao sr. dr. Lamartine Rollo Soares, chefe da Polícia Civil, para medidas enérgicas sejam tomadas nesse caso, punindo os culpados, para se colocar um paradeiro nas brutalidades que costumemente nos vêm ao conhecimento.

Fazemos este pronunciamento não apenas com o desejo de pedir justiça, mas também como sinal de reparo e solidariedade a uma família honesta, tradicional e do trabalho e a toda a população de Santa Felicidade que se sentiu ofendida com o procedimento brutal de quem deveria ter noção da sua responsabilidade e do seu dever.

O SR. PRESIDENTE — Está livre a palavra no Grande Expediente. Não havendo quem queira fazer uso da mesma, declaro encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA

com a presença de 38 srs. Deputados.
Sobre a mesa, Projetos de Lei de autoria do sr. deputado Alencar Furtado, constantes do Expediente. Necessitam de apoio. Apeados. Irão à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do sr. deputado Agnaldo Pereira Lima, constante do Expediente. Necessita de apoio. Apeado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projetos de Lei de autoria do sr. deputado Paulo Poli, constantes do Expediente. Necessitam de apoio. Apeados. Irão à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulsos distribuídos aos srs. Deputados.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 66-70, autorizando o Poder Executivo considerar de Utilidade Pública a "Cruzada de São Sebastião", com sede na Cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná. Aprovado.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 66-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a considerar de Utilidade Pública, a "Cruzada de São Sebastião", com sede na Cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28 de Julho de 1970.

aa) Silvio Barros — Presidente
Olavo Ferreira — Relator
Roberto Galvani

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 29-70, que cria uma Circunscrição de Trânsito no Município de Telêmaco Borba, com jurisdição nos Municípios que especifica — Aprovado.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 29-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica criada uma Circunscrição de Trânsito na sede da Comarca de Telêmaco Borba, com jurisdição nos seguintes Municípios:

- ARAPOTI
- IBAITI
- TIBAGI
- RESERVA
- ORTIGUEIRA
- CURITIBA
- SAPONEMA
- JAGUARIATIBA

Art. 2.º — O Poder Executivo baixará instrução regulamentando a presente Lei.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11 de Agosto de 1970.

aa) Ivo Tomazoni — Presidente
Roberto Galvani — Relator
Silvio Barros

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 101-70, de autoria do dep. Paulo Poli, que cria uma Circunscrição de Trânsito em Iporã, com jurisdição nos Municípios de Alto Piquiri e Altônia. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 32-70, de autoria do dep. Leopoldo Jacomé, que cria na sede do Município de Palotina, uma Escola Normal Colegial, para funcionar a partir do próximo ano letivo. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Aprovado.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 9-70, de autoria do dep. Erondy Silvério, que fica denominado "Professor Hostílio César de Souza Araújo", um dos Grupos Escolares desta Capital. — Pareceres favoráveis da C.C.P. e C.I.P. — Aprovado, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 7-70, de autoria do dep. Leopoldo Jacomé, que autoriza o Poder Executivo firmar convênio, através da

Secretaria dos Transportes, com a Prefeitura Municipal de Piraquara, para construção de uma Ponte em Alvenaria sobre o Rio Iraí daquela comuna. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — Aprovado, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 156-70, de autoria do dep. Paulo Poli, que dá nova redação ao artigo 119, da Lei n.º 5.849, de 25.9.68, e dá outras providências. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado artigo por artigo.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 80-70, de autoria do dep. Igo Losso, que declara de Utilidade Pública a "Associação das Igrejas de Cristianismo Decidido", com sede em Curitiba. — Parecer favorável da C.C.J. — aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 80-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a Associação das Igrejas de Cristianismo Decidido, com sede em Curitiba — Paraná.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de maio de 1970.

(a) Igo Iwant Losso

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER ao Projeto de Lei n.º 80-70

Visa o presente projeto de lei que seja declarada como de utilidade pública a "Associação das Igrejas de Cristianismo Decidido", com sede em Curitiba.

A proposição vem articulada e justificada, fazendo-se acompanhar de todos os documentos exigidos pela Lei que rege a matéria.

Assim sendo, e por não haver qualquer implicação de ordem constitucional, opinamos pela aprovação. É o Parecer.

Sala das Comissões, em 29 de julho de 1970.

(aa) Emílio Carazzai — Presidente
Roberto Galvani — Relator

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 258-69, de autoria do dep. Igo Losso, que autoriza o Poder Executivo a denominar "Professor Sátilas do Amaral Camargo", um dos Estabelecimentos Educacionais do Estado. — Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado

PROJETO DE LEI N.º 258-69

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a denominar Professor Sátilas do Amaral Camargo, a um dos estabelecimentos educacionais no Estado.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10 de novembro de 1969.

a) Dep. Igo Losso

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER ao Projeto de Lei n.º 258-70

Subscrito pelo ilustre Deputado Igo Iwant Losso o presente Projeto de Lei autoriza o Poder Executivo a denominar de "Professor Sátilas do Amaral Camargo, a um dos estabelecimentos educacionais do Estado.

O Projeto é constitucional e legal, estando, portanto, em condições de ser aprovado.

E o Parecer

Sala das Comissões, em 29 de Julho de 1970.

aa) Emílio Carazzai — Presidente
Luiz Renato Malucelli — Relator
Roberto Galvani
Ivo Tomazoni
Paulo Poli

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do sr. deputado Eurico Rosas, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do sr. Marcos Nicolau Bittencourt. — Aprovado.

Requerimento de autoria do sr. deputado Luiz Malucelli, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da sra. Maria Clara Pereira Wener. — Aprovado.

Requerimento de autoria do sr. deputado Luiz Malucelli, constante do Expediente, solicitando voto de aplausos ao sr. Ministro da Fazenda, pela designação dos srs. Rogério Luiz Coelho, Hélio Fernandes, Osmay Dias, Dauri Rivadavia Carneiro Bond, Maximiano Zagorel, Rômulo Carvalho, para dirigirem a Caixa Econômica Federal do Paraná. — Aprovado.

Requerimento de autoria do sr. deputado Luiz Malucelli, constante do Expediente, solicitando sejam dispensadas as sessões Plenárias dos dias 9, 10 e 11 do corrente mês. — Aprovado.

Requerimento do sr. deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando dispensa de publicação de Redação Final dos Projetos de Lei n.ºs 174-70 — 111-70. — Aprovado.

Requerimento de autoria do sr. deputado Paulo Poli, constante do Expediente, solicitando dispensa de Redação Final do Projeto 101-70. — Aprovado.

Requerimento de autoria do sr. deputado Antônio Lopes Júnior, constante do Expediente, solicitando voto de louvor ao Instituto Politécnico Estadual. — Aprovado.

Requerimento de autoria do sr. deputado Alencar Furtado, constante do Expediente, solicitando apelo ao sr. Governador do Estado, para que determine à COPEL ou a outro órgão de sua administração, que desloque um dos motores Diesel para Rosário, atendendo destarte a modesta reivindicação da laboriosa população daquele distrito. — Aprovado.

Requerimento de autoria do sr. deputado Ivo Tomazoni, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do sr. José Massignan. — Aprovado.

Requerimento de autoria do sr. deputado Ivo Tomazoni, constante do Ex-

pediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da sra. viúva Carmélia Bordot. — **Aprovado**

Requerimento de autoria do sr. deputado Alencar Furtado, constante do Expediente da sessão anterior, já com sua discussão adiada na forma do artigo 150, do Regimento Interno, para a data de hoje. Está em discussão.

O SR. JOAO MANSUR — (Para discutir) — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Na sessão de ontem, endereçava à Mesa o sr. deputado Alencar Furtado, requerimento de pedido de informações ao sr. Governador do Estado, encarecendo de qual a autorização legal que se valeu o Governo do Estado para autorizar o pagamento da importância de cem mil cruzeiros ao Escritório de Coordenação e Planejamento do sr. Haroldo Leon Pêres, pelo BADEP e COPEL, conforme publicou edição da "Gazeta do Povo" de 29 de agosto, em entrevista concedida pelo sr. Haroldo Leon Pêres, sobre este assunto.

Sr. Presidente, srs. Deputados, a "Gazeta do Povo", jornal citado pelo próprio deputado Alencar Furtado, traz um balanço das atividades do Escritório do Planejamento.

O deputado Alencar Furtado, data vênua a amizade e a consideração que temos por S. Exa., pelo seu brilhantismo e espírito de luta, incorreu, a meu ver, num erro, porque o escritório não é escritório particular do deputado Haroldo Leon Pêres. É o Escritório de Planejamento do Estado do Paraná e eu quero, nesta oportunidade, louvar a atitude do governador Paulo Pimentel, quando colocou à disposição daquele Escritório de Planejamento estas verbas que totalizam 100 mil cruzeiros e que segundo o próprio boletim publicado em 29 de agosto, na "Gazeta do Povo", apresentaram uma despesa de quatro mil cruzeiros e um saldo de noventa e seis mil cruzeiros. O escritório não é político e muito menos particular. Faz parte da própria administração do Estado, porque é o Escritório de Planejamento do futuro Governador que aproveita este prazo que antecede a sua eleição e a sua posse para planejar a fim de que, tão logo assuma o Governo a 15 de março de 71, as obras administrativas do Paraná não sofram solução de continuidade, a exemplo do que se verifica em todos os Estados do País, em particular no Estado da Guanabara, onde o atual e o futuro Governador, do MDB, num perfeito entrosamento estão equacionando e procurando dar continuidade às obras administrativas. Por esta razão, nada há que esconder neste particular. Apenas quero colocar os nobres pares a par daquilo que está acontecendo e dizer que o nobre deputado Alencar Furtado incorreu em erro quando atribuiu àquele Escritório de Planejamento como sendo de propriedade particular do deputado Haroldo Leon Pêres.

De modo que louvo a atitude do Governador do Estado, porque aquele escritório faz parte integrante da administração do Paraná, motivo por que suas atividades vêm sendo publicadas na imprensa de nosso Estado para que todo o povo paranaense tome conhecimento. Assim sendo, não vejo razão nenhuma para que este requerimento do nobre sr. deputado Alencar Furtado, zeloso como é no cumprimento de seu dever, tenha da nossa parte votação e tramitação nesta Casa.

Porque acredito que com essas expressões, o nobre deputado Alencar Furtado deveria se sentir satisfeito, porque nada foi escondido. Realmente, a verba foi colocada à disposição do Escritório de Planejamento e não para escritório particular; as despesas estão ali contabilizadas e publicadas na imprensa de nosso Estado, para conhecimento de todo o povo paranaense.

Erem estas as palavras que me levaram a ocupar a tribuna, na discussão e votação do presente requerimento. — (Sem revisão do orador).

O SR. ALENCAR FURTADO — Peço a palavra, sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o sr. Deputado.

O SR. ALENCAR FURTADO — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Preliminarmente queria ouvir da Liderança da ARENA, nesta Casa, o seu pronunciamento concluiu pela aprovação, ou não, do nosso pedido de informações.

Solicito de V. Exa., meu brilhante, dedicado amigo e Líder da ARENA, a conclusão de sua brilhante oração foi no sentido de que se fosse, ou não, aprovado o nosso pedido de informações, porque dialogava naquele momento, com um nobre colega, e não me apercebi das conclusões que V. Exa. expendeu.

O sr. João Mansur — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado, não sou contra a aprovação do pedido de informações de V. Exa. Mas, pensei que V. Exa., através dos esclarecimentos por mim dados, ficasse satisfeito. Mas, em absoluto não sou contra o requerimento, porque é um pedido de esclarecimento, apesar de entender que os esclarecimentos que trouxe pudessem satisfazer V. Exa.

O SR. ALENCAR FURTADO — Agradeço o esclarecimento prestado por V. Exa., meu caro líder da ARENA, deputado João Mansur. Para mim o esforço com que V. Exa. se houve na justificativa que trouxe à Casa, lembra-me o poeta que falava, brilhantemente, acerca do amor materno, ou da mãe. E eu tenho, para mim, que ser líder da ARENA, nesta Casa e em episódio como este ou em outros, é desdobrar fibra por fibra o coração.

É realmente uma dedicação que é quase heróica, porque rala as fronteiras de grandes sofrimentos.

V. Exa., meu caro líder da ARENA, deputado João Mansur, afirmou que não pertence ao deputado Leon Pêres o Escritório de Coordenação e Planejamento do Governo, a que nos referimos ontem. Mas, na entrevista publicada na "Gazeta do Povo" de sábado, dia 29, a menção que fazia ali, pelo repórter, era de que o escritório do sr. Haroldo Leon Pêres, ou então, o seu escritório. Daí a minha identificação com o repórter do jornal e com a entrevista, visando, como disse ontem, e hoje reafirmo, que nos termos da entrevista, o escritório pertenceria ao deputado Leon Pêres.

Mas se V. Exa., meu caro líder da Arena, me desse ou não desse notícia de qualquer ato do Chefe do Poder Executivo, através de portaria ou de decreto, criando qualquer órgão ou outro escritório dentro de um órgão, eu ficaria contente com o esclarecimento e a dúvida seria espingida.

Mas não creio que haja qualquer ato criatório do Escritório de Planejamento e Coordenação do Governo do deputado Haroldo Leon Pêres. E por não conhecer ato criatório algum, e como seu habitualmente leitor do Diário Oficial do Estado, e não vi nenhum ato criando Escritório de Planejamento do sr. Leon Pêres e não existindo ato na faixa do Executivo, então, não pode pertencer ao Estado o Escritório de Planejamento e eu prefiro, nas conclusões que tenho, ficar ao lado da entrevista do sr. Haroldo Leon Pêres e ao lado do jornal "Gazeta do Povo" e com muitos lamentos, deixando de ficar ao lado do deputado João Mansur, porque as conclusões de V. Exa. não são para mim, data vênua, as mais válidas neste episódio. O escritório é particular, de natureza jurídica, e não poderia deixar de ser particu-

lar, porque o sr. Haroldo Leon Pêres não tem direito nenhum de usufruir do Estado antes de sua posse. Até lá é Deputado Federal, como V. Exa. ou os outros Deputados Estaduais. E o meu escritório, ou escritório que pudesse ter V. Exa. ou o sr. Haroldo Leon Pêres, não poderia o mesmo ser órgão do Estado. Poderia, isto sim, receber subvenção do Estado.

Então, aí, vem à tona o porquê do meu requerimento. Se o Estado dota de 100 milhões de cruzeiros antigos o Escritório Particular de Planejamento e Coordenação do Governo do sr. Haroldo Leon Pêres, o Governo do Paraná terá responsabilidade para dotar a esta Casa se a dotação que deu, se o dinheiro que entregou, é legítimo nos termos de origem legal.

A única preocupação do requerimento é se o Governo deu o dinheiro para ser agradável ou para cumprir a lei. Como V. Exa. diz, o seu ponto de vista na qualidade de Líder da ARENA nesta Casa, não é quanto a informação solicitada, nem a resposta. Eu creio que a Casa inteira, meu caro Deputado, também tem certeza, mormente a bancada da ARENA, de que o sr. Haroldo Leon Pêres não iria ter um comportamento irregular, num espetáculo tão singelo.

O sr. João Mansur — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). V. Exa. continua insistindo em que o escritório é particular. Eu afirmo a V. Exa. que não é particular. O escritório faz parte da própria administração do Estado, num entendimento muito louvável entre o atual e o futuro Governador do Estado. Repetindo aquilo que disse no encaminhamento da discussão do requerimento de V. Exa., numa atitude louvável que está se verificando em todos os Estados do Brasil, muito especialmente nos Estados onde o Governador é do mesmo partido.

Gostaria, nobre Deputado, para comprovar aquilo que estou afirmando nesta oportunidade, se V. Exa. aquiescesse, é um convite meu, que V. Exa. fizesse uma visita àquele escritório, e verificasse o que lá se está procedendo. E tenho certeza de que V. Exa. se convenceria de que realmente é um escritório de planejamento com o alto espírito de equacionar os problemas administrativos de nosso Estado, e não um escritório político, pois que mesmo não tem sentido político, nobre Deputado. Há um entendimento perfeito do atual e do futuro Governador do Estado, no interesse daquilo que todos nós queremos e V. Exa. também o quer, porque conhecemos o seu espírito público.

Por isso, nobre Deputado, deixo aqui o meu convite particular, de amigo, para que V. Exa. faça uma visita àquele escritório e lá verifique. "In loco", que se está fazendo um verdadeiro planejamento no Estado, para o próximo Governo. De modo que espero, nobre Deputado, na compreensão de V. Exa., que atenda a este meu convite, para que junto com V. Exa. vejamos o que se faz no escritório, o trabalho que se desenvolve, e tenho certeza de que V. Exa. sairá convencido de que o escritório faz um trabalho em prol do futuro do Paraná.

O SR. ALENCAR FURTADO — Agradeço o aparte de V. Exa. e aceito o convite. Porque faço questão de verificar como V. Exa. anunciou, se se processa um trabalho harmonioso, Deputado, porque, como homem da oposição, gostaria de encontrar um órgão do Estado — no dizer de V. Exa. que acredito estar equivocado — hoje, em pleno fastígio da campanha política, sem qualquer envolvimento na campanha política. É com prazer que aceito o convite que V. Exa. me endereça, e pode V. Exa. me marcar dia e hora, porqueerei, com muita honra, seu companheiro nesta visita.

Mas, meu caro Deputado, o que gostaria de saber é se o dinheiro entregue pelo Estado, o foi na hora legítima, com autorização legislativa. Se o foi, tudo certo, nada a reclamar. Se não foi, o sr. Governador é responsável, incorre em crime de responsabilidade.

O SR. PRESIDENTE — Em discussão o requerimento de autoria do sr. deputado Alencar Furtado. Em votação. — **Aprovado**.

O SR. ROBERTO GALVANI — (Pela ordem) — Sr. Presidente, requiro verificação de votação.

O SR. ALENCAR FURTADO — (Pela ordem) — Sr. Presidente, antes de verificar o solicitado pelo deputado Roberto Galvani, quero deixar registrado em Ata o protesto que tenho a lavar, nesta Assembleia, pelos obstáculos que V. Exa. que, na forma regimental, cria para que a minha solicitação não seja atendida.

O SR. PRESIDENTE — Em votação o requerimento. Os srs. Deputados que aprovam, queiram permanecer como estão. — **Aprovado**.

O SR. ROBERTO GALVANI — (Pela ordem).

Sr. Presidente, requiro nova verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa deferred. Os srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se. 9 srs. Deputados aprovam, um rejeita. Não há quorum para votação nem para prosseguimento da sessão.

Declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 3, quinta-feira, às 10 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei nos 2-70, 14-70, 111-70, 174-70;

2.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nos 9-70, 7-70, 158-70;

3.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nos 80-70, 258-69;

1.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nos 51-70, 17-70.

A Mesa lembra ainda que às 11 horas será realizada uma Sessão Solene, em comemoração à Semana da Pátria.

Levanta-se a sessão.

4.ª Sessão Legislativa da 6.ª Legislatura Ata da 131.ª Sessão (Extraordinária) Realizada em 2 de Setembro de 1970 — (Quarta-feira)

Presidência do sr. deputado Francisco Escorsin secretariada pelos srs. deputados Haroldo Bianchi e Paulo Poli.

As 15,20 horas, é registrada a presença dos seguintes srs. deputados:

Francisco Escorsin, Arthur de Souza, David Federmann, Gabriel Manoel, Haroldo Bianchi, Olívio Belich, Leopoldo Jacomet, Agnaldo Pereira Lima, Alencar Furtado, Amadeu Puppi, Antônio Lopes Júnior, Armando Queiroz, Abraão Miguel, Arnaldo Busato, Emílio Carrazzi, Erondy Silvério, Eurico Pêres, Fabiano Braga Cortes, Foad Nacli, Igo Losso, Ivo Tomazoni, João Mansur, Jorge Sato, Luiz Cruz, Luiz Malucelli, Nelson Buffara, Olavo Ferreira, Olívio Gabardo, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Pinto Dias, Roberto Galvani, Roberto Wypych, Seme Scaff, Silvio Barros, Túlio Vargas e Wilson Fortes (38).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente, declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos

trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão Extraordinária anterior que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.
Passa-se à

ORDEM DO DIA.

com a presença de 38 Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

— DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n. 5-68, Veto aposto ao Projeto de Lei n. 106-65, de autoria do ex-deputado Marino Pereira, apresentado em 9.3.65, que cria na cidade de Apucarana, a Faculdade de Farmácia e Odontologia, abrindo pela Secretaria de Educação e Cultura crédito de Cr\$ 40.000,00 (quarenta mil cruzeiros novos), para as despesas com a execução da presente lei. — Relatório da C.C.J. pelo Arquivamento.

Encerrada a discussão. Em votação. — Mantido o veto, rejeitado o Projeto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra para o próximo dia 15, terça-feira, quinze minutos após o término da sessão ordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n. 841-67.

Levanta-se a sessão.

4.ª Sessão Legislativa da 6.ª Legislatura

Ata da 132.ª Sessão Ordinária

Realizada em 3 de Setembro de 1970 — (Quinta-feira)

Presidência do sr. deputado Francisco Escorsin, secretariada pelos srs. deputados Emílio Carrazai e Paulo Poli.

As 10,00 horas, é registrada a presença dos seguintes srs. deputados: Francisco Escorsin, Arthur de Souza, David Federmann, Gabriel Manoel, Haroldo Bianchi, Olivio Belich, Leopoldo Jacomet, Agnaldo Pereira Lima, Alencar Furtado, Amadeu Puppi, Antônio Lopes Júnior, Armando Queiroz, Abraão Miguel, Arnaldo Busato, Emílio Carrazai, Erodio Silvério, Eurico Rosas, Fabiano Braga Côrtes, Fuad Nacli, Igo Lossó, Ivo Tomazoni, João Mansur, Jorge Sato, Luiz Cruz, Luiz Malucelli, Nelson Buffara, Olavo Ferreira, Olivir Gabardo, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Pinto Dias, Roberto Galvani, Roberto Wypych, Seme Scaff, Silvio Barros, Túlio Vargas e Wilson Fortes (38).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O .

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE — Está em discussão a Ata.

O SR. ROBERTO GALVANI — (Sobre a Ata). Sr. Presidente, ao ser procedida a leitura da Ata constatamos que o deputado Alencar Furtado pediu que fosse inserido na mesma o nosso bloqueio à votação da matéria. Porém, complementando, dizia que eu pedira a verificação de votação amparado regimentalmente e isto eu gostaria que também constasse da Ata.

O SR. PRESIDENTE — A questão levantada pelo deputado Roberto Galvani será anotada.

Continua em discussão a Ata. (Pausa). Não havendo mais quem queira discutir-la, declaro-a aprovada.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

OFÍCIOS:

Sob o n. 109-70, do senhor Governador do Estado, comunicando haver Sancionado os Projetos de Lei nrs.:

84-70: — Do senhor deputado Erondy Silvério, que declara de utilidade pública, a Federação de Trabalhadores Cristãos do Paraná, fundada em 13 de junho de 1964, com sede em Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o n. 6.143. — Agradeça-se.

69-70: — Do senhor deputado Erondy Silvério, que declara de utilidade pública, a Fundação TELEPAR, com sede na cidade de Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o n. 6.144. — Agradeça-se.

62-70: — do senhor deputado José Alencar Furtado, que declara de utilidade pública, a Sociedade Beneditina Paranaense, com sede em Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o n. 6.145. — Agradeça-se.

214-69: — Do senhor deputado Luiz Renato Malucelli, que declara de utilidade pública, o Asilados Velhos "Acelino Teixeira de Oliveira", da cidade de Palmeira, o qual convertido em Lei tomou o n. 6.146. — Agradeça-se.

Sob o n. 842-70, do senhor professor João Renato Franco, vice-governador e presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, comunicando a aprovação de proposição do senhor deputado Jorge Arbage, sugerindo a urgente necessidade da criação de uma Missão Econômica, para recorrer os Estados do Sul, promovendo conferências sobre a importância do Programa de Integração Nacional (PIN) e mostrando aos contribuintes do Imposto de Renda as Vantagens que, além de outras já existentes, são oferecidas pelo Programa aos investidores de capitais dentro da faixa de atuação da SUDAM. — Ao conhecimento da Casa. — Agradeça-se.

Do senhor deputado Hugo Mardini, presidente da Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, comunicando a aprovação da Resolução n. 1.638 que institui o "Forum de Debates" sobre o uso de tráfico de substância tóxicas o que causam dependência física ou psíquica e dá outras providências. — Ao conhecimento da Casa.

TELEGRAMA:

Do senhor Ministro da Agricultura, nos seguintes termos:

Acuso Mensagem autoria deputado Leopoldo Jacomet por reivindicação foi encaminhada ao CIBRAZEM para verificar possibilidade atendimento pt Cds Sds. — Ao conhecimento do sr. Deputado interessado.

REQUERIMENTOS:

— De autoria do sr. deputado Paulo Poli, solicitando dispersa de Redação Final para o Projeto de Lei n. 156-60.

— De autoria do sr. deputado Paulo Poli, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n. 209-70.

REQUERIMENTO

Senhor presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas e na forma regimental, requer, ouvido o Plenário, se consigne na Ata dos presentes trabalhos, voto de congratulações aos exmos. srs. governador Paulo Pimentel e secretário Nelson Fanaya, da Educação, bem como ao Grupo Folclórico Polonês União Juventus, respectivamente, pelo envio e exibição deste no Festival Folclórico de Curitiba, nos dias 27 e 28 de agosto p. findo, onde, representando o nosso Estado, alcançou absoluto êxito, para satisfação e orgulho dos paranaenses.

Requer, ainda, uma vez aprovado este requerimento, que se dê ciência da manifestação da Casa aos exmos. srs. Governador do Estado e Secretário da Educação, bem como ao ilustre Presidente do Grupo Folclórico Polonês União Juventus, à alameda Carlos de Carvalho, 575, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 3 de setembro de 1.970.

(a) Roberto Wypych.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, considerando o caráter cívico das solenidades da Semana da Pátria, vem requerer após ouvido o Plenário, a designação de uma Comissão de 3 (três) srs. Deputados para representarem este Poder nos dias 6, 7 e 8 do corrente, em Maringá, durante as comemorações, promovidas pela Prefeitura Municipal, da data magna da nacionalidade.

Sala das Sessões, em 3 de setembro de 1.970.

(a) Túlio Vargas.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, requer, ouvida a Casa, seja inserido na Ata dos trabalhos de hoje um voto de congratulações à Superintendência do Centenário da Imigração Polonesa ao Paraná, pelo lançamento do primeiro volume dos Anais da Comunidade Brasileiro-Polonesa, realizado no dia 1.º do corrente, na sede urbana da Sociedade União Juventus, ocasião em que prestigiaram aquele ato o excelentíssimo senhor governador Paulo Pimentel, representado pelo dr. Nelson Fanaya, DD. Secretário de Estado dos Negócios da Educação e Cultura; o excelentíssimo senhor general José Campos Aragão, comandante da 5.ª Região Militar e 5.ª Divisão de Infantaria; outras autoridades civis, militares e eclesiásticas, bem como personalidades representativas de entidades culturais.

Requer-se, outrossim, seja transcrita nos Anais a alocução proferida pelo prof. Ruy C. Wachowicz naquela mesma ocasião, a qual se junta a este por cópia, comunicando-se à Sociedade União Juventus e à Superintendência do Centenário da Imigração Polonesa ao Paraná a manifestação desta Assembleia, enviando-se-lhes cópias deste expediente.

Sala das Sessões, em 03 de setembro de 1.970.

(a) Roberto Wypych.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, requer o encaminhamento ao excelentíssimo senhor Governador do Estado de expediente transmitindo denúncia e, afinal, pedido de energias providências com referência aos seguintes acontecimentos:

1) Entre os municípios de Chopinzinho e São João, o Estado do Paraná, desapropriou cerca de dois mil alqueires de terra, com a finalidade de restabelecer a paz social, ofendida pela desastrosa política de terras promovida por determinada administração estadual.

2) Posteriormente, o Governo do Estado anulou os títulos domaniais expedidos na mencionada gleba e indenizou os respectivos portadores, através de pagamento em dinheiro.

3) Para restaurar a situação anterior, o Governo do Estado revogou, também, o decreto expropriatório e, em consequência, desistiu da competente ação judicial, devidamente homologada em juízo.

4) Houve recurso contra tal ato judicial. Embora impetrado por parte ilegítima, foi recebido.

5) Como quer que seja, atualmente, a faixa de dois mil alqueires, objeto de controvérsias de toda natureza encontra-se "sub-judice".

6) Enquanto não ocorre julgamento definitivo da lide, é o Estado do Paraná o responsável, perante os interessados legítimos, pela preservação da coisa no estado em que a recebe.

DENÚNCIA

7) Valendo-se da omissão consciente de autoridades estaduais responsáveis pela intangibilidade do imóvel, terceiros estranhos à questão, extraem madeiras, dia e noite e se insinuam com intrusos, dilapidando a propriedade sob a guarda do Estado, com o risco de implicar em sérias consequências futuras, tanto para as autoridades superiores, como para o erário.

Sala das Sessões, em 2 de setembro de 1.970.

(a) Arnaldo Busato.

REQUERIMENTO

Requeiro à Mesa, na forma regimental, seja encaminhado apelo ao exmo. sr. Secretário de Segurança Pública, para que seja instalado com urgência um posto de Rádio Patrulha no bairro de Vila Nori, nesta Capital.

A presente proposição, justificando-se plenamente face a grande densidade demográfica da região, que apresentando uma heterogeneidade de massa, provinda de vários lugares, muito precisa se resguardar de alguns elementos, indesejáveis que às vezes se infiltram no meio da população ordeira e trabalhadora que ali habita.

A segurança do lar e da família é o fator imprescindível para o progresso humano.

Daí, a razão pela qual apresentamos esta proposição que achamos a mais justa e que por certo merecerá a aprovação de todos.

Sala das Sessões, em 01 de setembro de 1.970.

(a) Igo Lossó.

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 233-70

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao município de Primeiro de Maio, para efeito de construção do Posto de Fiericultura, o ter-

reno com a área de 1.680,00 m², constante das datas nrs. 18, 19 e 20 da quadra n. 54, da Vila Progresso, daquele município, confrontando por um lado, com 40,00 m, com a rua 1; por outro lado em 42,00 m, com as datas nrs. 15, 16 e 17 da mesma quadra; por outro lado, com 40,00 m, com a data n. 21, e, finalmente, por outro lado, em 42,00 m, com a rua 20.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em ... de setembro de 1970.

(a) Túlio Vargas.

JUSTIFICAÇÃO: — A destinação do imóvel, que se pretende doar ao município de Primeiro de Maio, por si só justifica plenamente este projeto. Pelo interesse público de que se reveste, qual seja a da saúde do povo daquela comuna, estamos certos de que esta Casa, na sua alta sabedoria, haverá de aprová-lo.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente. Não há oradores inscritos. Está livre a palavra. (Pausa). Não havendo quem queira fazer uso da palavra no Pequeno Expediente, item no Grande Expediente, declaramos encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 38 srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do sr. deputado Túlio Vargas, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoioado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos srs. Deputados.

— **REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n. 2-70, que cria uma Circunscrição de Trânsito no Município de Bandeirantes, com jurisdição em Abatiá, Andará, Itamaracá, Santa Amélia e Santa Mariana. — **Aprovado.**

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 2-70

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica criada uma Circunscrição de Trânsito no Município de Bandeirantes, com jurisdição nos municípios de Abatiá, Andará, Itamaracá, Santa Amélia e Santa Mariana.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 2 de Setembro de 1970.

aa) Ivo Thomazoni — Presidente. — Roberto Galvani — Relator. — Agnaldo Pereira Lima

— **REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n. 14-70, que autoriza o Poder Executivo a realizar Obras de reparo, através da Secretaria de Viação e Obras Públicas, no Estádio do Esporte Club Água Verde. — **Aprovado.**

— **REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n. 111-70, que transfere à Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul, o Arquivo da Rede Elétrica do Município pertencente ao Departamento de Águas e Energia Elétrica e dá outras providências. — **Aprovado.**

— **REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n. 174-70 que transfere à Prefeitura Municipal de Quatro Barras a Rede de Energia Elétrica, pertencente ao Departamento de Águas e Energia Elétrica, na forma que especifica. — **Aprovado.**

— 3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 9-70, de autoria do dep. Erony Silvério, que fica denominado "Professor Hostílio César de Souza Araújo", um dos Grupos Escolares desta Capital. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.P.P. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 7-70, de autoria do dep. Leopoldo Jacomel, que autoriza o Poder Executivo firmar convênio, através da Secretaria dos Transportes, com a Prefeitura Municipal de Piraquara, para construção de uma ponte em alvenaria sobre o Rio Irai, naquela comuna. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — **Aprovado.**

— 3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 156-70, de autoria do dep. Paulo Poli, que dá nova redação ao artigo 119, da Lei n. 5.849, de 25.9.68, e dá outras providências. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado.**

— 2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 80-70, de autoria do dep. Igo Losso, que declara de Utilidade Pública a "Associação das Igrejas de Cristianismo Decido", com sede em Curitiba. — Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

— 2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 258-69, de autoria do dep. Igo Losso, que autoriza o Poder Executivo a denominar "Professor Satilas do Amaral Camargo", um dos Estabelecimentos Educacionais do Estado. — Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado artigo por artigo.**

— 1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 51-70, de autoria do dep. Wilson Fortes, que cria uma Circunscrição de Trânsito, com sede em Loanda, abrangendo os Municípios que especifica. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.P. — com Substitutivo Geral. — **Aprovado.**

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 51-70

Visa o nobre deputado Wilson Fortes, criar com o presente plano de lei, uma Circunscrição de Trânsito, com sede em Loanda e jurisdição em diversos municípios, como especifica.

Do ponto de vista financeiro matéria de nossa competência para opinar, não há óbice, em virtude de reconhecer que o presente Projeto não vem gerar despesas.

Nestas condições, somos pela sua aprovação.
Sala das Comissões em 25 de junho de 1970.

aa) Sílvia Barros — Presidente
Paulo Poli — Relator

COMISSÃO DE POLÍCIA

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 51-70

I — O Projeto vem articulado e justificado como preceitua o Regimento Interno.

II — Sobre ele já se manifestaram as dotas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças, favoráveis à sua aprovação.

III — No mérito, nos manifestamos no mesmo sentido, porém nos termos do substitutivo que a ele oferecemos, a fim de dar-lhe forma técnica adequada.

Sala das Comissões, em ... de Agosto de 1970.

aa) João Mansur — Presidente
Nelson Buffara — Relator

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI N.º 51-70

Art. 1.º — Fica criada, na sede do Município de Loanda, uma Circunscrição de Trânsito, com jurisdição, além do Município sede, nos de Santa Cruz do Monte Castelo, Querência do Norte, São Pedro do Paraná, Pôrto Rico, Santa Isabel do Ivaí e Planaltina do Paraná.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em ... de Agosto de 1970.

aa) João Mansur — Presidente
Nelson Buffara — Relator

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 17-70, de autoria do dep. Ivo Thomazoni, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Dois Visinhos, o Trator de propriedade do D.A.T.M. — Parecer favorável da C.C.J. e C.F. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 17-70

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Executivo, autorizado a doar ao Município de Dois Visinhos, o trator marca Caterpillar, ano de fabricação 1.948, modelo R.D.7, com scriper, de propriedade do D.A.T.M. e atualmente sob a guarda daquela Município.

Artigo 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das sessões, 18 de fevereiro de 1970

a) Ivo Thomazoni

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n. 17-70

O Projeto de Lei n. 17-70 do dep. Ivo Thomazoni, autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Dois Visinhos, o trator que especifica.

Nada há a opor quanto a iniciativa, apresentando-se as medidas como das mais justas.

Somos pela aprovação.

Sala das Comissões, 7 de julho de 1970

(aa) Emílio Carazzai — Presidente
Abraão Miguel — Relator
Luiz Renato Malucelli

COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Lei n. 17-70

I — Objetiva o nobre deputado, autor do presente plano de lei, autorizar o Poder Executivo, doar ao município de Dois Visinhos, um trator marca "Caterpillar", de propriedade do Departamento de Assistência Técnica aos Municípios.

I — Nos termos em que está redigido o projeto de lei, depreende-se que o mesmo visa tão somente autorizar quem por força constitucional, tem efetivamente competência para doar. Art. 34 da Constituição do Estado.

III — Assim sendo, julgamos não existir qualquer óbice, no que diz respeito a parte financeira, e nosso parecer é pela sua aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 29 de julho de 1970

(aa) Roberto Galvani — Presidente
Sílvia Barros — Relator

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do sr. deputado Roberto Wypych, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações ao sr. Governador do Estado, ao sr. Secretário de Educação e ao Grupo Folclórico União Juvenil. — **Aprovado.**

(O texto a ser transcrito acha-se publicado no final desta Ata e transcrição nos Anais da alocação proferida pelo prof. Ruy C. Wachowicz)

Requerimento de autoria do sr. deputado Túlio Vargas, constante do Expediente, solicitando seja designada uma Comissão de três srs. Deputados para representarem este Poder, nos dias 6, 7 e 8 do corrente, em Maringá, durante as comemorações promovidas pela Prefeitura Municipal, na data magna da nacionalidade. — **Aprovada.** Esta Presidência designa os srs. deputados Sílvia Barros, Túlio Vargas e Jorge Sato, para representarem esta Assembleia.

Requerimento de autoria do sr. deputado Paulo Poli, constante do Expediente, solicitando dispensa de Redação Final para o Projeto de Lei n. 156-70. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Roberto Wypych, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações à Superintendência do Centenário da Imigração Polonesa ao Paraná. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Paulo Poli, constante do Expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n. 209-70. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Arnaldo Busato, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado Expediente ao sr. Governador do Estado. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Igo Losso, solicitando seja encaminhado apelo ao sr. Secretário de Segurança Pública, constante do Expediente. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Alencar Furtado, constante do Expediente de sessão anterior, cuja discussão foi dada para a sessão de

hoje, na forma do art. 150 do Regimento Interno. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. — Aprovado.

O SR. ROBERTO GALVANI — (Pela ordem). Sr. Presidente, requerio verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere. Os srs. Deputados que aprovam o requerimento de autoria do sr. deputado Alencar Furtado, queiram levantar-se. — Aprovado.

O SR. JOÃO MANSUR — (Pela ordem). Solicito, sr. Presidente, seja anunciado o resultado da votação.

O SR. ALENCAR FURTADO — (Pela ordem). Sr. Presidente, V. Exa. anunciou o resultado da votação de maneira definitiva, sendo, por consequente, fato consumado.

O SR. ROBERTO GALVANI — (Pela ordem). Reitero, sr. Presidente, a solicitação do nobre deputado João Mansur, e pediria a V. Exa. que anunciasse o resultado da votação.

O SR. PRESIDENTE — O resultado da votação foi o seguinte: 9 srs. Deputados aprovam o requerimento; 6 srs. Deputados o rejeitam. Consequentemente, não há quorum para a votação.

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão ordinária, marcando outra para o próximo dia 15, terça-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

Redação Final — dos Projetos de Lei ns. 121-70, 43-69, 208-69;

3a. Discussão — dos Projetos de Lei ns. 80-70, 258-69;

2a. Discussão — dos Projetos de Lei ns. 17-70, 51-70;

1a. Discussão — dos Projetos de Lei ns. 134-70; 21-70; 119-70.

Levanta-se a Sessão.

(Alocução proferida pelo professor Ruy C. Wachowicz, cuja transcrição nos Anais foi aprovada a requerimento do sr. deputado Roberto Wypych, na sessão do dia 3 de setembro de 1970)

SUPERINTENDÊNCIA DO CENTENÁRIO DA IMIGRAÇÃO POLONESA AO PARANÁ

APRESENTAÇÃO DOS ANAIS DA COMUNIDADE BRASILEIRO-POLONESA

Alocução do Prof. Ruy C. Wachowicz, em 1.º-9-70

Ás precisamente 50 anos atrás, reunia-se neste mesmo recinto da Sociedade União Juventus, um grupo de intelectuais poloneses a fim de elaborar um programa comemorativo ao jubileu da imigração polonesa ao Paraná. As promoções, entretanto, ficaram restritas ao âmbito e à língua polonesa, em Curitiba. Esse grupo, como é óbvio, representava uma geração que estava inserida no processo incipiente de assimilação ao meio cultural brasileiro. Esta sua atitude é perfeitamente normal se levarmos em conta o que ensinam os historiadores da problemática imigratória, ou seja: a assimilação dos grupos imigrados depende, em primeiro lugar de maior ou menor afinidade cultural existente entre os agrupamentos humanos colocados em contacto.

Em 2.º lugar depende do grau da flexibilidade do imigrante e finalmente em 3.º lugar de capacidade assimiladora do novo ambiente.

Levando em conta esses ensinamentos, constatamos que os poloneses, apesar de representarem um povo sem preconceitos étnicos ou religiosos representavam um agrupamento étnico e cultural eslavo, num país culturalmente latino, como é o Brasil. É evidente portanto que sua assimilação se processasse num período de tempo um pouco menor do que o constatado para o ritmo de assimilação de imigrantes de procedência latina, como os italianos, espanhóis e portugueses. Por outro lado, a não existência, até 1918 do estado polonês, fazia com que o grande sonho de seu povo se voltasse para o ressurgir no mapa político da Europa aquela coloração, com o nome de "Polska".

Com o cultivo de tais sentimentos, compreende-se que em 1914, não só os imigrantes poloneses aqui radicados, mas também de seus filhos, já nascidos no Brasil se trasladassem para a Europa a fim de lutar nos exércitos libertadores do Piłsudski ou general Haller.

Por seu turno, a capacidade assimiladora do meio cultural paranaense nos fins do Século e nas primeiras décadas do século XX, ainda deixava algo a desejar para grupos emigrados da velha Europa. Haja visto que somente em 1912 é que surgiu em Curitiba a Universidade do Paraná considerada a mais antiga do Brasil.

Desta forma compreende-se que em 1921 as comemorações do Jubileu de Ouro da Imigração Polonesa ao Paraná ficassem ainda restritas aos usuários da língua polonesa.

Passando mais meio século, nós, os descendentes de terceira ou quarta geração daqueles que vindos da terra de Mieszko, há 100 anos pisaram as plagas paranaenses, encaramos o centenário da imigração em termos de comunidade brasileiro-polonesa.

Faço às contingências históricas, coube à equipe que compõe o Departamento Cultural da Superintendência pesquisar, traduzir e elaborar monografias, textos, memórias e estudos em língua portuguesa, referentes à imigração polonesa no Brasil.

Inicialmente tal propósito parecia não muito difícil de ser atingido, por ser a imigração polonesa no Brasil, uma das mais ricas em conteúdo e documentação. Entretanto, logo de início deparamos com um sério problema, qual seja, a precariedade da conservação da documentação histórica encontrada.

Ressaltando o arquivo em fase de organização da Congregação da Missão de São Vicente de Paulo, fruto da insistência de alguns padres em recolher para a Biblioteca da Congregação o material histórico encontrado, o estado das fontes primárias existentes é de certa forma desolador.

Tal situação, porém, não foge à regra encontrada nos outros arquivos brasileiros e paranaenses. Ainda recentemente o Departamento de História da Faculdade de Filosofia Federal, ao executar o projeto de levantamento de arquivos e arrolamento de fontes primárias do Estado, constatou que são precárias as suas condições.

Já houve quem afirmasse, ser o Paraná uma terra sem tradição, um povo sem raízes. Porém o estudo científico do problema, como o realizado pelo Departamento de História, constatou que o Paraná realmente tem sólidas e profundas raízes. Contudo, ele as desconhece, porque ainda não apreendeu, onde deve buscá-las com seriedade e espírito científico. Ainda, há pouco tempo, uma das mais ricas bibliotecas particulares do Brasil foi vendida ao exterior, a peso de dólares.

O mesmo infelizmente ocorreu e lamentavelmente ainda ocorre com a documentação referente à imigração polonesa.

Uma coleção quase completa do periódico polono-brasileiro "Gazeta

Polska", editado em Curitiba por cerca de 50 anos, fonte preciosíssima para a História regional e consequentemente do Brasil, foi enviado ao exterior. São perdas irreparáveis para a cultura paranaense e para a ciência histórica, porque tais documentos, interpretados fora de seu contexto histórico, perdem muito de sua autenticidade e originalidade.

Este é pois o objetivo primordial da publicação dos Anais da Comunidade Brasileiro-Polonesa: documentar a contribuição que coube ao imigrante polonês e seus descendentes na composição da História do Brasil, nos diversos aspectos da vida do povo brasileiro.

É pois com satisfação que apresentamos tal obra a este público estudioso e erudito.

A obra compõe-se de várias ações: monografias, estudos memórias, biografias, textos e documentos.

O volume que ora tornamos público é apenas o primeiro de uma série que pretendemos editar. Nosso plano original é transformar os Anais, numa publicação trimestral, sem limite de duração.

Estamos certos de que podemos contar com críticas sempre úteis, quando embasadas no sincero propósito de contribuir para mais perfeita divulgação da verdade histórica.

Desta forma estamos convictos que contribuiremos para o preenchimento de uma lacuna existente na historiografia brasileira.

Para a concretização de tal objetivo, a Superintendência encontrou apoio de pessoas despreendidas, a quem aqui consignamos os nossos agradecimentos.

Especialmente desejamos evidenciar nossa gratidão à Congregação da Missão de São Vicente de Paulo, cuja biblioteca e arquivo provincial congregam o mais valioso material da imigração no Brasil. A Congregação abriu suas portas e gentilmente os cedeu para fins de estudo.

Desejamos ainda mencionar outros arquivos particulares colocados à nossa disposição, quais sejam dos senhores Mariano Hessel, Paulo Nikodem, Miguel Sekula, da família Saporski, bem como de entidades como a Sociedade União Juventus, Sociedade Renascença de Ponta Grossa, Sociedade José Piłsudski, Sociedade Nicolau Copernico de Marechal Mallet e das Casas paroquiais do Paraná. A estes externamos nossos sensibilizados agradecimentos, bem como a todos que no transcurso das publicações vieram a colaborar com tal objetivo.

Prazeirosamente, desejamos afirmar nestas linhas que a Sociedade União Juventus, desejosa de mostrar sua gratidão aos antepassados que a fundaram e eram poloneses, prontificou-se, através de seus dirigentes, a assumir os encargos econômicos da publicação, como uma colaboração para os festejos de centenário.

O Departamento Cultural da Superintendência recebeu esta colaboração com a mais profunda satisfação porquanto além do aspecto material, que é valioso, vê na Sociedade União Juventus, uma dimensão que aquela agremiação jamais deixou de ter, durante seus 72 anos de existência: dimensão cultural.

Compreenderam os atuais dirigentes da agremiação que agradecer aos precessores é divulgar os seus feitos. Essa contribuição, além disso, tem mais um aspecto: colaborar para o maior conhecimento da História Regional, evidenciando o real papel que a imigração polonesa desempenha. Portanto à Sociedade União Juventus e aos seus dirigentes a mais profunda e a mais cordial gratidão da equipe que se propôs editar os Anais.

Certos de que estamos entregando não uma obra completa, mas o material sobre cujas bases poderá ser edificada a História do Imigrante Polonês, projeto na própria imagem do Semeador, obra imortal do escultor polono-brasileiro Zaco Paraná — Monumento que efetivamente simboliza o trabalho do pioneiro polonês e que emoldura a capa dos Anais; desejamos ser igualmente semeadores. Desejamos semear na língua vernácula, o que as gerações pretéritas fixaram em polonês. No ensejo da vemonidade centenária, desejamos semear uma visão nova, sobre o papel do imigrante.

4.ª Sessão Legislativa da 6.ª Legislatura Ata da 133.ª Sessão especial destinada às comemorações da Semana da Pátria Realizada em 3 de Setembro de 1970 — (Quinta-feira)

Presidência do sr. deputado Francisco Escorsin, secretariada pelos srs. deputados Haroldo Bianchi e Leopoldo Jacomel.

As 11 horas, é registrada a presença dos seguintes srs. deputados: Francisco Escorsin, Arthur de Souza, David Federmann, Gabriel Manoel, Haroldo Bianchi, Olívio Belich, Leopoldo Jacomel, Agnaldo Pereira Lima, Alencar Furtado, Amadeu Puppi, Antônio Lopes Júnior, Armando Queiroz, Abraão Miguel, Arnaldo Busato, Emílio Carrazzi, Erondy Silvério, Eurico Pires, Fabiano Braga Côrtes, Fuad Nacli, Igo Losso, Ivo Tomazoni, João Manoel Jorge Sato, Luiz Cruz, Luiz Malucelli, Nelson Bufarra, Olavo Ferreira, Ovídio Gabardo, Ovídio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Pinto Dias, Roberto Galvani, Roberto Wypych, Seme Scaff, Sílvio Barros, Túlio Vargas e Wilson Fortes (38).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a SESSÃO ESPECIAL.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, havendo número legal, declaro aberta a Sessão, parte integrante das comemorações relativas à Independência da Pátria.

Para acompanhar as altas autoridades especialmente convidados para esta solenidade, designo uma Comissão composta dos srs. deputados Erondy Silvério, Alencar Furtado e Roberto Galvani.

(As autoridades dão entrada no recinto do Plenário)

Esta Presidência tem a honra de anunciar a composição da Mesa: Gal Florimar Campêlo, comandante da A.D. 5a., representando o sr. Gal. Comandante da 5a. Região Militar; Desembargador Alceste Ribas de Macedo, Presidente do Tribunal de Justiça; Dr. Plínio Franco Ferreira da Costa, Vice-Governador do Estado do Paraná; Major Amadeu Soares, representando o sr. Brig. Comandante da E.O.E.G.

(Os convidados tomam assento à Mesa)

O SR. PRESIDENTE — Convido os presentes a ouvirem o Hino Nacional.

(É interpretado o Hino Nacional) — Palmas.

O SR. PRESIDENTE — Agradeço a honrosa presença das altas autoridades, e de todos os que aqui compareceram, para prestigiar com suas pre-

senças — e a nossa sincera homenagem — preto de gratidão que todos nós devemos a este novo Brasil, na sua data maior.

A Mesa Executiva desta Assembleia sente-se no indeclinável dever de salientar o acontecimento de todo o povo paranaense, de toda a gente brasileira, pelo acerto das medidas altamente patrióticas que o eminente Emilio Garrastazu Médici vem colocando no sentido de conceder à nossa estremecida Pátria a oportunidade tão desejada, através dezoito, desde o dia 7 de setembro de 1822, quando as margens do Ipiranga, D. Pedro I, num gesto histórico, deu o solene brando que ainda hoje o eco repete patrioticamente: "Independência ou Morte".

Ao darmos início a esta Solene Sessão e antes de concedermos a palavra ao ilustre parlamentar, deputado Armando Queiroz, designado para ocupar a tribuna e falar sobre o memorável evento, não podíamos deixar de assinalar o júbilo de todos os que vivem neste progressista e futuroso rincão, a terra dos frondosos pinheirais, do ouro verde, dos minérios e de tantas outras riquezas, no reconhecimento de que os homens, que hoje dirigem os destinos do Brasil, estão realizando sem alardes, sem demagogia num trabalho fecundo e grandioso em todos os setores de atividades, para que a nossa Pátria possa alcançar um lugar de maior destaque e mais justo esplendor na constelação soberana, das maiores nações do mundo.

E assim sendo, concedo a palavra ao deputado Armando Queiroz, para falar em nome da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

O SR. ARMANDO QUEIROZ — Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado, deputado Francisco Escorsin; Exmo. Sr. Gal. Florimar Campêlo, eminente comandante da A. D., representando o sr. Gal. Comandante da 5.ª Região Militar; Exmo. Sr. Des. Alceste Ribas de Macedo, digníssimo Presidente do Tribunal de Justiça, Exmo. sr. Dr. Plínio Franco Ferreira da Costa, Vice-Governador do Estado do Paraná, Exmo. sr. Major Amadeu Soares, representando o sr. Brigadeiro Délio Jardim de Matos, Comandante da EOEG.

S. Exa., sr. deputado Haroldo Bianchi, nas funções da Primeira Secretária; S. Exa. sr. deputado Leopoldo Jacomet, no exercício das funções da Segunda Secretária; SS. Exas. autoridades que aqui comparecerem e que nos honram com as suas presenças; srs. Deputados.

"Um século todo que já se foi e mais meio que se finda, é a distância que se mede no tempo entre as solenidades de hoje e o movimento emancipador da independência.

Do Patriarca para cá, e do mérito, muito respeito e gratidão que lhe são devidos, gerações se sucederam, todas elas com participação intensa e destacada na sustentação e aprimoramento das normas, conceitos e tradições, que emolduram hoje a sociedade brasileira.

Pela bravura e destemor dos seus filhos; pelos, sacrifícios e glórias dos seus heróis; pelo apreço e referência de seus mártires, Pátria se fez. E liberta se tornou pelo sucesso do Primeiro Movimento Político de envergadura, que até então se organizara sob a inspiração de José Bonifácio de Andrada e Silva, símbolo e imagem da vontade decidida de nossa gente, que não mais queria e não mais suportava a tutela alheia, e então reinante.

Na consolidação do ato temerário, cada data corresponde a um feito, e cada feito tem a sua história. A luta pela independência deixa de ser um episódio, e passa a ser uma constante.

E a medida em que o século se vai envelhecendo, e cessa o trepidar dos movimentos armados que tanto o perturbaram, Luís Alves de Lima e Silva — o Duque de Caxias —, conquista as honras da Pátria e ganha a imortalidade.

Na fluência dos dias, os homens se substituem, os pensamentos se renovam, e as opiniões políticas se definem.

Deodoro e Floriano tornam realidade a idéia Republicana, tão bem difundida e propagada, e não menos pretendida. O que se quer é mudar a forma de governo. Esperança de melhores dias que se assentem e se alicerçem em novas regras, novos preceitos e novos princípios. O regime é democrático e atua plenamente. Não se extingue, todavia, o propósito de aperfeiçoá-lo.

Nem bem emudeceram ainda os canhões da grande guerra, e começam a se precipitar os movimentos de vontade coletiva. Entrechocam-se as opiniões. Conflitam-se os interesses. Desentendem-se as correntes políticas. Degladiam-se as lideranças atuantes. Mobilizam-se as Forças Armadas, e o processo Revolucionário irrompe desenfreado.

Da epopéia do Forte, emerge o legendário Eduardo Gomes. Cidadão de vida ímpar, evada de dignidade, que um dia, sem dúvida, a posteridade registrará.

Arthur Bernardes governa em permanente estado de inquietação. Isidoro Dias Lopes chefia sublevação em São Paulo. Conspiram os homens da Aliança Liberal. Cai Washington Luiz Pereira de Souza e com ele a velha dinastia do Partido Republicano. Assim, e tão caro se pagava o preço pela Nova Constituição que se pedia, com muitos direitos e maiores garantias ainda.

Está a tardar, todavia, a Carta tantas vezes prometida, e a cobrança de armas em punho não se fez esperar. Bertoldo Klinger comanda a Revolução Constitucionalista de São Paulo.

Na esteira do tempo, vão se infiltrando, todavia, idéias e princípios desa-

gregadores. Campeiam doutrinas, que trazem como conteúdo, o culto da violência e a prática do ódio. Contaminam-se inteligências por filosofias políticas, em evidente antagonismo à pura e sã educação cristã de nossa gente.

Traíçoirelo, desumano e covarde golpe de "esquerda", que pelos métodos executórios estarrece a todos, se frustra e é esmagado pelas Forças Armadas. Sucumbe da mesma forma, a intencional da "direita".

A duros golpes, como se vê, vai se forjando a imagem e a grandeza da Pátria.

A sequência de atos dessa natureza, revelando sintomas de um mal que poderia se agravar, abre caminho para a imposição da Ditadura de 1937.

Interrompe-se, assim, a vida democrática do País. E ele mergulha na penumbra e no desalento e aí permanece por muitos anos.

No retorno, porém, ao regime tradicional, ecoam fronteiras a dentro as palavras de José Américo e ao seu chamamento ocorrem todos.

Volta o povo, livremente, a exercer a sua vontade. Volta o povo a recuperar o direito de escolher os seus representantes.

Aspera e penosa é, todavia, a estrada da reconquista. A realidade aponta os grandes males e não menores vícios, que são legados pelo período disciplinar. Não se percebe, contudo, atos positivos emanados do Poder Constituído, que tenham o propósito de corrigi-los. Inerte e omissa a autoridade, somente testemunha.

E de tanto transigir e de tanto tolerar, cedendo sempre às pressões espúrias de toda sorte, vai aos poucos o Governo se comprometendo e irremediavelmente se perde, pelo estímulo que passa a dar à ruína que se avizinha.

E tudo aquilo que era um sólido patrimônio de hábitos, costumes e cultura, começa a vacilar, minado que está na sua estrutura. Não há mais fronteiras que possam conter as mazelas políticas que se multiplicam. Não há mais obstáculos a se antepor ao esfacelamento da ordem social que sempre se avoluma.

A anemia se apossa das finanças, e a intranquilidade é a tônica dos negócios.

O quadro era desolador, porque ampliados estavam, e enormemente, os caminhos que levavam à subversão e desordem. Estava implantado o preceito corruptor. A improbidade era a regra. O descaso era a norma.

A indisciplina, pelo Poder avalizada, forçava as portas dos quartéis. A Autoridade enfraquecida e despojada de sua grandeza, cambaleava.

Corri grave e sério risco a segurança nacional.

E assim sem leme e sem morte, sobre mar de procela, navegava a Pátria Brasileira.

A cada dia que se passava, mais próximo o caos; a cada hora que se findava, mais perto o abismo; a cada minuto que se ia, menos distante a queda.

Nem tudo, porém, estava perdido. Alguém presente, zelava. Sai do rosário às ruas, levado por puras mãos, dizendo e lembrando aos homens deste país que havia chegada a hora de se pôr um paradeiro e de se dizer um "basta" à orgia então reinante.

Este sublime episódio é o retrato fiel da situação de angústia que então grassava. O grande apelo fora lançado. Coerentes com as suas próprias tradições, as Forças Armadas aceitam o desafio. Humberto de Alencar Castelo Branco, singular de militar e estadista, interpretando os anseios de nossa gente, conclama e orienta os seus companheiros. E assim, vem a revolução de 1964, feito marcante, pela mensagem que trazia e pelo sentido que representava.

Instaurado o novo Governo ver-se-á, contudo, que a euforia do sucesso não se iguala ao peso dos encargos. Em todos os setores é necessária e urgente a recuperação. Tarefa para muitos anos a desafiar o esforço e dedicação de muita gente. Em um trabalho incomum, sem paralelo, vai-se esculpindo a nova imagem da Nação.

A obra de Castelo Branco ganha consistência e se aperfeiçoa com o novo Presidente Arthur da Costa e Silva. A empreitada, porém, continua sob o comando de Garrastazu Médici. Os obstáculos vão caindo e os frutos se vão colhendo. A energia é sempre a mesma. Os propósitos não se alteram e a vontade não se cansa, pois esta é, srs. Deputados, exmas. autoridades, a revolução da dignidade, da honra e da decência. Confiando muito e acreditando nela, haveremos de vencer.

A Assembleia Legislativa do Paraná, neste instante e por meu intermédio, presta sua homenagem à Pátria, exalta os seus filhos, saúda os seus feitos e reverencia os seus heróis.

Era só, sr. Presidente.

(Palmas).

O SR. PRESIDENTE — Antes de dar por encerrada a presente sessão, esta Presidência reitera os agradecimentos desta Casa, pelo honroso comparecimento das ilustres autoridades civis e militares e demais pessoas, cujas presenças tanto brilho e significação conferiram à solenidade por ora a se findar.

Levanta-se a sessão.

(Palmas).